Apresentação

Diferenças e Desigualdades Sociais uma temática basilar na História e em todo o campo das Humanidades. Ao estruturar esse dossiê, queremos re-lembrar que muitas das características dos seres humanos não só são utilizadas para a construção das diferenciações sociais, mas, também, escolhidas arbitrariamente como traços diacríticos das hierarquizações sociais. Entre essas diferenciações, ressaltamos as de classe e *status*, de gênero, de geração, as derivadas do tipo de trabalho, assim como as étnicas e as raciais, que não apenas distinguem, mas hierarquizam, subordinam, opõem e excluem pessoas, influenciando seus comportamentos e direcionando suas vidas. Entendemos que as taxionomias não são neutras, encontrando-se na relação saber-poder em suas decorrentes construções de subjetividades.

Afirmamos, com a organização desse dossiê, o nosso compromisso ético voltado ao respeito às diferenças, contanto que isso não implique a eliminação do direito à igualdade, ou seja, a prerrogativa das pessoas serem tratadas como iguais em todas as esferas institucionais que afetam suas oportunidades de vida e trabalho, influenciando no acesso aos bens e aos serviços sociais. Na escolha deste rol de artigos e de resenhas, há uma implícita preocupação axiológica com o exercício dos direitos humanos, com a justiça social e com a danação da norma quando essa torna o diferente sempre um desvio. Portanto, encontra-se aí uma plataforma ética sobre a qual a nossa intervenção teórica e educacional assenta-se: a teoria crítica sobre as desigualdades em prol da luta pela equidade.

Este número da Revista *Maracanan* inicia-se com o artigo *Práticas Feministas em Novos Modos de Subjetivação*, da renomada historiadora Margareth Rago. É objeto do texto uma instigante análise de seis intelectuais feministas brasileiras de uma mesma geração, cujas trajetórias formularam-se por caminhos bastante diversos, mas que inauguraram uma nova forma de se inscreverem como mulheres. Questionando os padrões da sociedade brasileira ainda hegemônica pelo falocentrismo, expõem diversos e novos modos de subjetivação das feminilidades. Algumas delas forjaram-se nos movimentos sociais do feminismo, das esquerdas e da Igreja, assim como nos ambientes acadêmicos, onde, trans-

gredindo, descobriram-se já ultrapassando a transgressão desses movimentos sociais e da produção teórica onde se inseriam. Rago chama-nos atenção como essas brasileiras geraram um 'acontecimento', pois simbolizam alterações nas práticas femininas daquilo que uma sociedade patriarcal ditou como 'normal' para as mulheres, gerando um feminismo libertário. As suas trajetórias são exemplos de nomadismos e das desterritorializações, produtoras de práticas discursivas e não-discursivas críticas das hierarquias de e intragênero.

Em *Desigualdade na Diferença: a construção política dos corpos e das identidades sexuadas*, a historiadora Tania Navarro Swain impugna a necessidade de elegermos referentes normativos, definidores e definitivos, para enquadrarmos as identidades e os comportamentos do que se estipulou ser o feminino. Transgride a binariedade, *a priori* compulsória, a partir de um sexo biológico, ordenadora das práticas do pensamento e das condutas, impedindo de classificá-las como normais ou desviantes, criando-nos salutarmente um 'não lugar', sem pouso ou repouso, sem regulamentos, construídos pelos determinismos das genitálias para as nossas práticas sexuais. O gênero passa a ser um significante flutuante, capaz de conter diferentes biológicas, podendo ultrapassar os esquematismos do binário: estamos abertos ao múltiplo, nas sincronias ou diacronias de nossas trajetórias.

A afirmação de um momento feminista do pensamento filosófico chega-nos através das reflexões das argentinas María Luisa Femenías e María Marta Herrera, no texto *Los derroteros de la Diferencia*, ao apontar a diferença sexual como fundadora de toda outra diferença, sem que isso implique numa elisão da igualdade. Acusam o patriarcado e a filosofia ocidental de terem tornados as mulheres alógicas, construindo categorias de pensamentos, por excelência, de base masculina, ao produzir um matricídio simbólico. Instigam-nos a recuperação de uma ordem simbólica do feminino, não dependente do masculino, de onde possa surgir um espaço conceitual e discursivo, permitindo a mulher ser um sujeito pensante e falante, femininamente generificado. Questionam a coerência mecânica entre sexo, sexualidade e desejo, por serem essencializações aprisionantes, não devendo haver nem uma heterossexualidade ou homossexualidades compulsórias: felizmente, todos os acessos estão abertos aos nômades.

Com erudição e criatividade, Magda Maria Jaolino Torres analisa *Os jesuítas e os sentidos da adaptação no séc. XVI*. Com base na documentação

produzida pela Companhia problematiza as mediações que se construiu entre missionário e nativos no momento de montagem de um perfil missionário que acabou sendo cristalizado pela historiografia. A escolha metodológica é o grande desafio do trabalho que a partir da 'análise de discurso', em sua acepção foucaultiana (arqueo-genealógica), procura identificar e descrever a emergência, no Brasil do século XVI, do que ela nomeia como um "teatro jesuítico da missão". Examina as noções de 'alteridade', 'diferença' e 'adaptação' que perpassavam e fundavam essas práticas discursivas jesuíticas, dentre as quais se situava esta forma particular de teatro. Sem pretender polemizar, mas assim o fazendo, a pesquisadora procura diferenciar a noção de 'adaptação' da noção de 'mimese' – "figura retórica em que o orador, usando discurso direto, imita outrem, na voz, no estilo ou nos gestos." Problematiza também à aparente naturalidade ou mesmo obviedade como tem sido apresentado o fazer teatro entre os gentios, propondo-se a analisar, em sua historicidade, o que se enuncia 'teatros' e nomeia 'gentios'.

Em a *Carceralização da Escravidão: a emergência de um problema*, Marilene Rosa Nogueira da Silva implementa uma investigação dos múltiplos processos que constituem esse fenômeno. Volta-se para as práticas discursivas dos textos religiosos, jurídicos e policiais, onde se regulamentam os tipos de prisão, assim como as formas de castigo/punição. Desta memória, alimentada pelos sádicos sofrimentos que, após terem dilacerado os corpos, encastoaram-se nas mentes dos escravos e forros, reavivando os suplícios, Marilene tece a escritura dessa denúncia que se estrutura em História. Martírios institucionalizados, classificados e regradados pelas Leis, ora sagradas ora mundanas, epígrafes e epitáfios sobre os corpos, cujas vidas já foram amesquinhas pela coisificação desumanizante da escravidão. O outro, branco e senhor, apropriou-se do corpo e da alma dos homens escuros, explorando, legislando, criminalizando, dilacerando e enclausurando. A carceralização da escravidão, focada por Nogueira da Silva, fustiga o nosso olhar para enxergarmos o presente aprisionamento dos negros e pobres nos atuais depósitos de 'gente' do sistema penal brasileiro.

O desafio proposto por Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro se enuncia no próprio título do artigo *Cartografia das amas-de-Leite no Rio de Janeiro (ou exercício de decifração de marcas de corpos cativos impressa no imaginário oitocentista)*. A historiadora buscou ler a presença das escravas amas-

de-leite na Corte Imperial nos anúncios do *Jornal do Commercio*, nos viajantes e nas teses médicas. Nesses textos emerge uma classificação que parece ter sido retirada do realismo fantástico borgiano, quando se comparava 'cientificamente', a vaca, a cabra, a ovelha, a jumenta, a égua e a mulher com base, no que se consideravam "instrumentos mais sofisticados de leitura e a avaliação de substâncias nutrientes". A naturalização desse discurso conformaria as marcas raciais das práticas mercantis do aleitamento, configurando no dizer da autora, uma política de produção de identidades que qualificariam as mulheres escravas negociadas. A docilidade da mulher-cabra, a agilidade da mulher-cabra-matrizes da mãe-preta, seriam os sinais destas diferenças transformadas e naturalizadas como desigualdades

Ao se identificar fulano como um homem de cor, a relação imediata que se estabelece é que fulano é negro. Assim como em outras temporalidades ser negro significava ser escravo. Essas consideradas evidências historicamente produzidas é que ainda, na atualidade, justificam as desigualdades sociais no Brasil. É uma falácia não problematizar as questões raciais, entretanto, o estudo sobre o tema exige procedimentos metodológicos adequados aos inúmeros registros voluntários ou involuntários, explícitos ou camuflados, textuais ou imagéticos produzidos sobre o tema. O encontro do historiador Flávio Gomes com o economista Marcelo Paixão reúne o comprometimento social e a seriedade acadêmica numa discussão sobre *Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil*. Uma análise crítica das matrizes discursivas do racismo e seus efeitos de poder na definição e hierarquização da cidadania no projeto de Estado republicano. Além da revisão historiográfica, os autores nos permitem examinar através de Pequetita Barcelos em sua correspondência para a sua irmã Léle, os sentimentos e anseios e temores provocados pelo 13 de maio nos "tempos de feroz propaganda republicana, expectativas de indenização por partes dos fazendeiros e mesmo o temor de revogação da liberdade para os escravos". Concluem de maneira instigante que a classificação racial, mesmo cientificamente negada, existe no país. De acordo com os autores as novas lógicas que camuflam as velhas estigmatizações precisam ser debatidas.

Do 'mal necessário' à 'metáfora bélica': a lógica dual do Estado Autoritário, tema incômodo, uma memória perigosa é problematizado por Joana Ferraz que reatualiza, sob outras lógicas, o debate sobre o nascimento

dos grupos de extermínio no final da década de 50 e 60 do século passado. O artigo parte dos estudos de Giorgio Agamben sobre o Estado de Exceção ao afirmar que a necessidade não tem 'lei' ou melhor dizendo, "a necessidade cria sua própria lei". Assim como do jogo ideológico proposto por Žižek para quem o que supostamente parece estar fora seria, justamente, o seu principal suporte ideológico. A nova construção de subjetividades traz a questão do tráfico, do papel de "matador/policial e o seu *ethos* heróico salvador". E como ficam as comunidades situadas, literalmente, na linha de tiro? Como viver cerceado do seu direito de ir e vir ora por uma polícia despreparada; ora pelo crescimento tentacular da criminalidade? Como desarticular o estado de sítio que ainda atinge os moradores das áreas mais pobres da cidade? O texto não traz soluções, aliás, não é esse o seu objetivo, porém propõe um convite ao debate sobre o presente intolerável da violência urbana.

A partir dos referenciais teóricos ou matrizes discursivas, foram examinados e problematizados temas e temporalidades diversas. O resultado desse esforço concentrado foi a produção de conhecimentos múltiplos e desnaturalizados. Não se buscaram verdades absolutas, não se pretendeu construir regras, ao contrário, a proposta foi estimular o bom combate, condição primordial do exercício acadêmico. A dimensão política com suas escalas e possibilidades, com suas tramas que não privilegia *a priori* o lugar de saída nem de chegada. Esse é o projeto maior do Programa de História da UERJ, onde a política não se resume apenas ao Estado e suas instituições. Ao contrário ela está na casa, nas ruelas, nos campos, no prazer, no mundo do trabalho, nas possibilidades revolucionárias das artes, no simbólico. Pensar diferentemente a história foi o objetivo desse dossiê, magistralmente cumprido pelos pesquisadores e pesquisadoras presentes. Aceitemos portanto o desafio do pensamento como ação e rediscutamos a complexidade que envolve o fazer da História.

Rio de Janeiro 11 de agosto de 2008

Profª Drª Marilene Rosa Nogueira da Silva

Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho

Coordenadores do Laboratório do Estudo das
Diferenças e Desigualdades Sociais - LEDDES/UERJ